CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

Siga o dinheiro: os milhões que cercam Flávio Bolsonaro e Dark Horse, por Benedito Tadeu César

Fonte original: Jornal GGN. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	Jornal GGN (jornalggn.com.br)
Autor	Benedito Tadeu César
Data de publicação	19/09/2026 10:11
URL original	https://jornalggn.com.br/analise/b-t-cesar-os-milhoes-que-cercam-flavio-bolsonaro-e-dark-horse/
Relevância	Alta · Contratos e dinheiro público · Artigo
Pessoas citadas	Mário Frias, Karina Gama, Willer Tomaz, André Mendonça
Organizações	Prefeitura de São Paulo, Complexsys, Polícia Federal, Fastfuture Tecnologias Emergentes, Academia Nacional de Cultura (ANC), Instituto Conhecer Brasil (ICB), Banco Master, Universidade Federal do Espírito Santo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Data da coleta	29/09/2026 10:06
Situação	No ar · última verificação 27/11/2026 17:05
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

- A Complexsys recebeu aproximadamente R$ 9,9 milhões do ICB entre 2024 e 2026.
- A Complexsys recebeu milhões do ICB e transferiu dinheiro à ANC.
- A Fastfuture, pertencente à mulher do dono da Complexsys, recebeu R$ 5,1 milhões do ICB e também enviou recursos à ANC.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.



Imagem: reprodução / Jornal GGN

RESUMO

no RED – Rede Estação Democracia Siga o dinheiro: os milhões que cercam Flávio Bolsonaro e Dark Horse, por Benedito Tadeu César Mais de R$ 60 milhões enviados do circuito de Daniel Vorcaro aos Estados Unidos, R$ 157 milhões em contrato público, emendas parlamentares e R$ 19 milhões movimentados pela produtora em 51 dias. Quando se segue o dinheiro de Dark Horse, o filme deixa de ser apenas um filme. “Precisamos honrar os compromissos” Flávio não apenas apresentou Dark Horse a Daniel Vorcaro.

no RED – Rede Estação Democracia

Siga o dinheiro: os milhões que cercam Flávio Bolsonaro e Dark Horse, por Benedito Tadeu César

Mais de R$ 60 milhões enviados do circuito de Daniel Vorcaro aos Estados Unidos, R$ 157 milhões em contrato público, emendas parlamentares e R$ 19 milhões movimentados pela produtora em 51 dias. Quando se segue o dinheiro de Dark Horse, o filme deixa de ser apenas um filme.

Um banqueiro investigado, um operador financeiro que relatou à Procuradoria-Geral da República o transporte de malas de dinheiro, um fundo nos Estados Unidos, um contrato de R$ 157 milhões da Prefeitura de São Paulo, emendas parlamentares e uma produtora que movimentou R$ 19 milhões em apenas 51 dias. À primeira vista, parecem histórias independentes. Mas, ao seguir o dinheiro que circulou em torno de Dark Horse, o filme sobre Jair Bolsonaro, os investigadores encontraram conexões entre personagens, organizações e operações financeiras que inicialmente pareciam pertencer a mundos diferentes.

A Polícia Federal tenta agora responder às perguntas que surgiram desse emaranhado: de onde saiu o dinheiro, por quais contas passou, quem decidiu os pagamentos, quanto chegou efetivamente à produção e que outros destinos os recursos tiveram. Duas grandes trilhas aparecem na investigação. Uma parte de Daniel Vorcaro e do universo do Banco Master, atravessa operadores financeiros e chega aos Estados Unidos. A outra começa em dinheiro público, passa por emendas parlamentares e por um contrato

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

milionário da Prefeitura de São Paulo e entra numa teia de organizações e empresas relacionadas à produtora Karina Ferreira da Gama. As duas acabam se encontrando em Dark Horse.

E Flávio Bolsonaro aparece no começo de uma delas.

“Precisamos honrar os compromissos”

Flávio não apenas apresentou Dark Horse a Daniel Vorcaro. Ele negociou o dinheiro. As tratativas chegaram a US$ 24 milhões, aproximadamente R$ 134 milhões. Mensagens e áudios encontrados pelos investigadores mostram o senador tratando diretamente com o banqueiro e cobrando a liberação das parcelas. Em setembro de 2025, quando os pagamentos atrasaram, Flávio advertiu que, na reta final, era preciso “honrar os compromissos”. Oito dias depois, Vorcaro transferiu mais US$ 1,6 milhão ao fundo Havengate, nos Estados Unidos.

No total, aproximadamente US$ 12,3 milhões — mais de R$ 60 milhões — chegaram ao circuito financeiro montado para o projeto. Documentos posteriores revelaram pagamentos além daqueles inicialmente reconhecidos publicamente por Flávio. É por isso que o candidato é hoje formalmente investigado no STF no inquérito sobre o financiamento do filme. A PF apura corrupção, lavagem de dinheiro, evasão de divisas e o destino final dos recursos.

Mas a história fica mais interessante quando o dinheiro começa a andar.

Do banqueiro às malas de dinheiro

Entre Vorcaro e Dark Horse aparece Antônio Carlos Freixo Júnior, conhecido como Mineiro. Dono da Entre Investimentos e Participações e operador ligado ao banqueiro, Mineiro decidiu colaborar com a Justiça e teve seu acordo homologado pelo ministro André Mendonça. Seu relato ajuda a compreender o ambiente financeiro no qual o filme foi financiado: segundo ele, fazia remessas determinadas por Vorcaro e providenciava grandes quantidades de dinheiro vivo, transportadas, em algumas ocasiões, em malas.

A Entre aparece nos documentos como uma das empresas utilizadas para movimentar recursos determinados pelo banqueiro. E uma dessas operações chama particularmente a atenção. Em fevereiro de 2025, quando havia dificuldades para realizar pagamentos, Vorcaro indicou que a operação poderia ser feita “via Entre”. Em 13 de fevereiro, a empresa enviou US$ 2 milhões ao Havengate Development Fund, nos Estados Unidos. Apenas onze dias depois, em 24 de fevereiro, o Havengate assinou contrato com a Go Up Entertainment, produtora de Dark Horse.

O dinheiro tinha atravessado a fronteira. E encontraria ali outro Bolsonaro.

Um fundo nos Estados Unidos e Eduardo Bolsonaro

O Havengate não é apenas uma conta bancária no exterior. O fundo é administrado por Paulo Calixto, advogado ligado a Eduardo Bolsonaro, e documentos apreendidos pela PF também colocam Eduardo na estruturação financeira do projeto. Assim, o percurso que começou com a busca de Flávio por dinheiro junto a Vorcaro chega aos Estados Unidos e encontra seu irmão.

A investigação procura estabelecer de onde vieram todos os recursos enviados ao Havengate, como foram utilizados e quais foram seus destinos. A produtora apresentou documentação para sustentar que o dinheiro recebido foi empregado na realização do filme, enquanto parte dos documentos permanece nos Estados Unidos e ainda não chegou integralmente às autoridades brasileiras.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

O caminho conhecido, entretanto, já permite visualizar uma sequência: Vorcaro → operadores financeiros → Entre → Havengate → estrutura de financiamento de Dark Horse. Flávio aparece na origem política da negociação. Eduardo, na estrutura estadunidense investigada.

Só que existe outra trilha. E nela aparece dinheiro público.

A torneira de R$ 157 milhões

Karina Ferreira da Gama não controla apenas a Go Up Entertainment. Ela também preside o Instituto Conhecer Brasil, o ICB, e está ligada à Academia Nacional de Cultura, a ANC. É nesse conjunto de organizações que surge a segunda grande trilha financeira investigada pela PF.

Em junho de 2024, a Prefeitura de São Paulo contratou o ICB para instalar e manter pontos gratuitos de wi-fi nas periferias da cidade. O valor inicial era de R$ 108 milhões. Um aditivo posterior acrescentou R$ 49,1 milhões, elevando o contrato para aproximadamente R$ 157 milhões. Quando os investigadores começaram a examinar para onde esse dinheiro ia, encontraram empresas subcontratadas, transferências sucessivas entre pessoas jurídicas e recursos circulando entre organizações pertencentes ao mesmo ambiente empresarial.

A PF investiga se essa estrutura foi utilizada para disseminar e ocultar a origem de recursos públicos. E foi aí que um contrato para instalação de wi-fi começou a se aproximar do filme sobre Jair Bolsonaro.

R$ 19 milhões em 51 dias

Dark Horse foi filmado entre 20 de outubro e 7 de dezembro de 2025. Entre 10 de novembro e 30 de dezembro, portanto durante e imediatamente depois das gravações, a conta da Go Up movimentou aproximadamente R$ 19 milhões: quase R$ 9 milhões em créditos e pouco mais de R$ 10 milhões em débitos.

A lista de quem colocou dinheiro na produtora ajuda a explicar o interesse da PF. A Moneycorp transferiu cerca de R$ 3,9 milhões; a GO7, R$ 2,6 milhões; Marcello de Oliveira Lopes, ex-marqueteiro da campanha presidencial de Flávio Bolsonaro, R$ 1 milhão; a NTT Brasil, R$ 750 mil; e Mário Frias, deputado federal, aliado da família Bolsonaro, roteirista e produtor executivo de Dark Horse, aproximadamente R$ 645 mil.

Há então outro movimento que chama a atenção: o ICB — a organização responsável pelo contrato de R$ 157 milhões — transferiu R$ 1 milhão para a GO7 entre dezembro de 2025 e fevereiro de 2026. E a GO7 aparece na estrutura empresarial relacionada à criação da própria Go Up.

Os investigadores tentam reconstruir esses percursos. Quanto mais avançam, mais empresas aparecem.

Mário Frias nas duas pontas

Mário Frias ocupa posição especialmente importante nesse mapa porque está simultaneamente dentro do filme e dentro da política. Além de roteirista e produtor executivo de Dark Horse, destinou R$ 2 milhões em emendas parlamentares ao ICB, organização comandada por Karina, e transferiu aproximadamente R$ 645 mil diretamente à Go Up. A PF considerou esse último valor incompatível com os créditos identificados nas contas do deputado no período analisado. Karina afirmou que Frias utilizou recursos próprios para cobrir despesas e salários da produção.

Outra empresa ajuda a compreender o circuito. A Complexsys recebeu aproximadamente R$ 9,9 milhões do ICB entre 2024 e 2026. Também recebeu cerca de R$ 154 mil da cota parlamentar de Frias, por

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

serviços descritos como “CRM Político”, e transferiu dinheiro para a ANC, outra organização controlada por Karina.

A investigação deixou então de procurar uma transferência capaz de explicar o financiamento do filme. A pergunta passou a ser outra: como funcionava a engrenagem que fazia o dinheiro circular?

Uma empresa recebeu R$ 8,5 milhões e redistribuiu o dinheiro

A Ultra IP ajuda a entender a pergunta. Segundo documentos da investigação, ela recebeu aproximadamente R$ 8,5 milhões do ICB e foi descrita pela PF como um “duto redistribuidor” de recursos. O dinheiro seguiu para diversas empresas, entre elas a ABC Logísticas, que recebeu cerca de R$ 1 milhão e cuja proprietária formal foi identificada como cuidadora e beneficiária de programa social. Outra, a Fastsoftsolution, recebeu mais de R$ 600 mil; seu proprietário tinha como último emprego formal registrado a função de servente da construção civil. Parte dos recursos da Ultra também chegou à ANC.

Há mais. A Complexsys recebeu milhões do ICB e transferiu dinheiro à ANC. A Fastfuture, pertencente à mulher do dono da Complexsys, recebeu R$ 5,1 milhões do ICB e também enviou recursos à ANC. O que parecia uma sucessão de contratos começou a revelar uma rede de empresas recebendo, transferindo e redistribuindo dinheiro.

É essa engrenagem que a Polícia Federal tenta desmontar.

Quando Dark Horse encontra o INSS

A Operação Make Up, que investiga esse circuito, atingiu 49 endereços em quatro estados. Entre os alvos estava a Recovery Black Intermediações e Consultoria. O nome da empresa já aparecia em outra das maiores investigações do país: a fraude dos descontos ilegais contra aposentados e pensionistas do INSS.

Documentos da CPMI registraram que a Recovery Black e outras duas empresas receberam juntas pelo menos R$ 55 milhões da Arpar, apontada na investigação do INSS como peça importante na circulação dos recursos daquele esquema. É também no caso do INSS que aparece Alexandre Caetano dos Reis, contador do escritório de Flávio Bolsonaro, preso durante a investigação.

Outro braço do circuito chegou à União Nacional das Igrejas e Pastores Evangélicos, a Unigrejas. O Coaf identificou movimentações atípicas de R$ 7,78 milhões na entidade entre outubro de 2025 e abril de 2026, incluindo R$ 928 mil depositados em dinheiro vivo. A Unigrejas recebeu R$ 50 mil do ICB e outros R$ 50 mil diretamente de Karina Gama e afirma que os recursos têm origem e destino comprovados e estão regularmente declarados.

As investigações avançam por caminhos diferentes. Mas os mesmos personagens e empresas começam a reaparecer em mapas distintos.

E o dinheiro encontra novamente Flávio

Nesta semana surgiu mais uma peça. A revista piauí revelou que Flávio Bolsonaro utilizou durante alguns dias de agosto um apartamento de luxo na Vila Nova Conceição, em São Paulo, para reuniões e atividades de campanha. O imóvel pertence atualmente a uma empresa do advogado Willer Tomaz, amigo de Flávio. Antes, pertencia a Fabiano Zettel, cunhado e operador financeiro de Daniel Vorcaro.

Zettel comprou o apartamento em abril de 2025 por R$ 5,5 milhões e, dez meses depois, vendeu-o à empresa de Tomaz por R$ 3,5 milhões — R$ 2 milhões a menos. Zettel está preso na investigação do

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Banco Master. Willer Tomaz foi alvo de busca da PF na investigação das fraudes do INSS. Segundo a piauí, o apartamento foi utilizado por Flávio durante a campanha. O candidato disse à revista que se hospedou apenas em hotéis na região, enquanto moradores e funcionários do prédio relataram sua presença e a de policiais legislativos.

A importância do episódio não está apenas no apartamento. Está na sequência de relações que ele torna visível:

Vorcaro → Zettel → imóvel → empresa de Willer Tomaz → campanha de Flávio Bolsonaro.

Banco Master, INSS e campanha presidencial aparecem novamente no mesmo desenho.

O mapa finalmente aparece

Depois de seguir cada trilha separadamente, é possível enxergar a dimensão do conjunto:

É esse mapa — e não uma transferência isolada — que explica por que Dark Horse se tornou uma investigação tão importante. O filme sobre Jair Bolsonaro acabou revelando um sistema de relações financeiras que reúne banqueiros, operadores, fundos estrangeiros, parlamentares, emendas, contratos públicos, empresas, organizações, produtores e personagens da campanha presidencial de seu filho.

E Flávio não observa tudo isso à distância. Foi ele quem procurou Vorcaro, negociou dezenas de milhões de dólares e cobrou pagamentos. Seu irmão Eduardo aparece na estrutura financeira estadunidense investigada. Mário Frias aparece simultaneamente no filme, nas emendas e nos pagamentos à produtora. Seu ex-marqueteiro transferiu R$ 1 milhão à Go Up. E sua campanha utilizou um apartamento que passou das mãos de um operador de Vorcaro para uma empresa de um advogado próximo ao candidato e investigado no caso do INSS.

Seguir o dinheiro não encerra a investigação. Faz surgir uma pergunta ainda maior.

Porque Dark Horse é um filme. A disputa pelo Palácio do Planalto é outra coisa.

Quem está pagando para levar Flávio Bolsonaro até lá?

É o que a próxima matéria desta série vai investigar.

Nota de transparência editorial: Esta reportagem integra uma série produzida a partir de um dossiê de apuração elaborado pela Rede Estação Democracia sobre as relações políticas, pessoais, profissionais, empresariais e financeiras de Flávio Bolsonaro e de seu entorno. O dossiê foi construído pelo cruzamento e pela conferência de documentos públicos, decisões judiciais, investigações e relatórios de órgãos de controle, registros oficiais e reportagens de diferentes veículos de imprensa. As informações foram organizadas por personagens, vínculos, fluxos financeiros e situação jurídica, com distinção entre fatos comprovados, acusações formais e investigações em andamento. Ferramentas de inteligência artificial foram utilizadas para auxiliar na pesquisa, no cruzamento e organização de grande volume de informações e na revisão dos textos. A seleção dos fatos, sua interpretação e a responsabilidade editorial são do autor e da Rede Estação Democracia.

Benedito Tadeu César é mestre em antropologia social e doutor em ciências sociais, ambos pela UNICAMP, cientista político e professor aposentado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foi docente da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), jornalista e diretor dos jornais Posição (ES) e Sul 21 (RS). Especialista em democracia, partidos políticos e análise eleitoral, poder e

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

soberania, integra a Coordenação do Comitê em Defesa da Democracia e do Estado Democrático de Direito e é diretor da RED – Rede Estação Democracia.

O texto não representa necessariamente a opinião do Jornal GGN. Concorda ou tem ponto de vista diferente? Mande seu artigo para . O artigo será publicado se atender aos critérios do Jornal GGN.

“Democracia é coisa frágil. Defendê-la requer um jornalismo corajoso e contundente. Junte-se a nós: https://www.catarse.me/JORNALGGN “

Daniel Vorcaro | Dark Horse | PGR | eduardo bolsonaro | flávio bolsonaro | prefeitura de sp

Fonte original: https://jornalggn.com.br/analise/b-t-cesar-os-milhoes-que-cercam-flavio-bolsonaro-e-dark-horse/ · Coletado em 29/09/2026 10:06 · Gerado em 27/11/2026 23:47

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.